

Ventos de São Leão I
Energias Renováveis
S.A. (Companhia em
fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido.	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 07 de maio de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 20 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de Santo Leão I Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	635.619	81.654	Fornecedores		131.410	2.380
Adiantamentos a fornecedores		9.352	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	10	101.324	30.336
Partes relacionadas - outros créditos	10	68.630	-	Obrigações fiscais		87.631	2.530
Despesas antecipadas	5	6.392	3.360	Obrigações trabalhistas		26.024	-
Total do Ativo Circulante		719.993	85.014	Obrigações com arrendamentos	6.c	333.122	531.484
Despesas antecipadas	5	2.375.561	10.927	Total do Passivo Circulante		679.511	566.730
Realizável a longo prazo		2.375.561	10.927	Obrigações com arrendamentos	6.c	406.779	1.059.658
Imobilizado	6	29.557.573	24.507.745	Total do Passivo Não circulante		406.779	1.059.658
Intangível		92.781	190.843	Patrimônio líquido	7		
		29.650.354	24.698.588	Capital social		33.794.472	23.452.472
Total do Ativo Não Circulante		32.025.915	24.709.515	Prejuízos acumulados		(2.134.854)	(284.331)
Total do Ativo		32.745.908	24.794.529	Total do Patrimônio líquido		31.659.618	23.168.141
				Total do Passivo		1.086.290	1.626.388
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		32.745.908	24.794.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Leão I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais ou administrativas	8	(1.720.921)	(265.158)
Outras despesas operacionais		<u>(34.287)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(1.755.208)	(265.158)
Receitas financeiras	9	377	-
Despesas financeiras	9	<u>(95.692)</u>	<u>(19.173)</u>
Despesas e receitas financeiras líquidas		<u>(95.315)</u>	<u>(19.173)</u>
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(1.850.523)	(284.331)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Prejuízo do exercício		<u>(1.850.523)</u>	<u>(284.331)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Leão I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	<u>(1.850.523)</u>	<u>(284.331)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(1.850.523)</u>	<u>(284.331)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Leão I Energias Renováveis S.A.

Demonstração de mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.000</u>	<u>(900)</u>	<u>-</u>	<u>100</u>
Capital subscrito	33.451.472	(33.451.472)	-	-
Capital integralizado	-	23.452.372	-	23.452.372
Prejuízo do exercício	-	-	(284.331)	(284.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>33.452.472</u>	<u>(10.000.000)</u>	<u>(284.331)</u>	<u>23.168.141</u>
Capital subscrito	1.000.000	(1.000.000)	-	-
Capital integralizado	-	10.342.000	-	10.342.000
Prejuízo do exercício	-	-	(1.850.523)	(1.850.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>34.452.472</u>	<u>(658.000)</u>	<u>(2.134.854)</u>	<u>31.659.618</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Leão I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(1.850.523)	(284.331)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		715.494	98.217
Juros sobre arrendamentos	6	91.039	17.457
Resultado da baixa de intangível		190.843	-
		(853.147)	(168.657)
Variações nos ativos e passivos			
Adiantamentos a fornecedores		(9.352)	-
Despesas antecipadas	5	(2.367.667)	(14.287)
Partes relacionadas - outros créditos	11	(68.630)	-
Fornecedores		129.029	2.380
Partes relacionadas - outras contas a pagar		70.988	-
Obrigações trabalhistas		26.024	-
Obrigações fiscais		85.101	2.530
Arrendamentos pagos	6.c	(1.203.625)	-
Juros de arrendamentos pagos	6.c	(19.440)	-
		(4.210.719)	(178.034)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	6	(5.765.322)	(23.026.277)
Aquisição de intangível		(92.779)	(190.843)
		(5.858.101)	(23.217.120)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital	7	10.342.000	23.452.372
Partes relacionadas - outros créditos		-	30.336
Adições/baixas de arrendamentos	6.c	280.785	(6.000)
		10.622.785	23.476.708
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		553.965	81.554
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		81.654	100
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		635.619	81.654
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		553.965	81.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 285 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de dezembro de 2019 e até a presente data não entrou em fase operacional.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 155, de 06 de abril de 2020 do Ministério de Minas e Energia (MME), a mesma tem até 1º de janeiro de 2025 para iniciar a operação comercial da 1ª e 2ª unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 2.872 de 7 de outubro de 2020.

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de Santa Leia 03, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e
- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas. Também não houve impacto no cronograma de implantação.

A Companhia adotou rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

Capital Circulante líquido:

Como em 2020 o capital circulante líquido foi em negativo R\$ 481.716. Destacamos que em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 2.707.984. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão do Empreendimento, serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de abril de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à

venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporárias.

A companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.10 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "passivo de arrendamento" no balanço patrimonial.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira e atualização monetária.

As aplicações financeiras da Companhia, apresentados na nota 4, possuem regras contratuais fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao CDI.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta movimento	35.244	81.075
Aplicações financeiras	600.375	579
Total	<u>635.619</u>	<u>81.654</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco Bradesco S.A e Votorantim, e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 90% do CDI em 2021 e 100% em 2020 e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2), foram classificadas como equivalentes de caixa.

5. Despesas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de empréstimos (a)	1.069.352	-
Direito de uso	382.704	-
Servidão de passagem	915.939	-
Prêmios de seguro a apropriar	13.959	14.287
	2.381.954	14.287
Ativo circulante	6.392	3.360
Ativo não circulante	2.375.562	10.927

- (a) Os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

6. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Licenciamento ambiental		-	-	-	152.451
Fazendas e terrenos		224.500	-	224.500	-
Máquinas e equipamentos	1,85% a	13.684	(342)	13.342	-
Equipamentos de processamento de dados	16,67%	4.390	(219)	4.171	-
Veículos		584.574	(56.388)	528.186	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado		26.104.862	-	26.104.862	22.804.088
Imobilizado em andamento		1.598.243	-	1.598.243	69.738
Ativo de direito de uso de bens arrendados		1.742.814	(658.545)	1.084.269	1.481.468
Total		30.273.067	(715.494)	29.557.573	24.507.745

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Licenciamento ambiental	152.451	-	(152.451)	-	-
Fazendas Terras	-	224.500	-	-	224.500
Máquinas e equipamentos	-	13.684	-	(342)	13.342
Equipamentos de processamento de dados	-	4.390	-	(219)	4.171
Veículos	-	584.574	-	(56.388)	528.186
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	22.804.088	3.300.774	-	-	26.104.862
Imobilizado em andamento	69.738	1.376.054	152.451	-	1.598.243
Ativo de direito de uso de bens arrendados (c)	1.481.468	261.346	-	(658.545)	1.084.269
Total	24.507.745	5.765.322	-	(715.494)	29.557.573

	31/12/2019	Adições	Depreciação	31/12/2020
Licenciamento ambiental	-	152.451	-	152.451
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	22.804.088	-	22.804.088
Imobilizado em andamento	-	69.738	-	69.738
Ativo de direito de uso de bens arrendados	-	1.579.685	(98.217)	1.481.468
Total	-	24.605.962	(98.217)	24.507.745

c) Arrendamento mercantil

Política contábil

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) a partir de 1º de outubro de 2020 se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

A seguir, um resumo dos valores contabilidades na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo de todo o exercício de 2021:

Ativo de direito de uso:

	Terrenos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.481.468
Adições	438.294
Baixas	(176.948)
Amortização	(658.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.084.269

Obrigações com arrendamento:

	<u>Terrenos</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.591.142</u>
Adições	445.921
Baixas	(165.136)
Juros a incorrer	(19.440)
Juros incorridos	91.039
Pagamentos	<u>(1.203.625)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>739.901</u>
Circulante	333.122
Não circulante	406.779
	<u>Terrenos</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (a)	<u>-</u>
Adições	1.698.393
Juros a incorrer	(118.708)
Juros incorridos	17.457
Pagamentos	<u>(6.000)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.591.142</u>
Circulante	531.484
Não circulante	1.059.658

7. Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 33.794.472 (R\$ (23.452.472 em 2020) e está representado por 33.794.472 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	80%	18.761.978
Ares Eyner Participações S.A	-	-	20%	4.690.494
RDVE Sub Holding S.A	100%	33.794.472	-	-
Total	100%	33.794.472	100%	23.452.472

Em 21 de junho de 2021, os acionistas Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a Ares Eyner Participações S.A venderam 100% de sua participação para RDVE Subholding S.A

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 23 de dezembro de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 1.000.000 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 342.000 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 10.000.000 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

8. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxas e emolumentos	-	(9.172)
Mão-de-obra	(13.240)	-
Gastos com propriedades	(35.821)	-
Serviços terceiros	-	(2.936)
Serviços – pessoa jurídica (b)	(167.752)	-
Despesas com veículos	(13.727)	-
Despesas com escritórios	(751)	-
Despesas com viagens	(8.833)	-
Despesas informática e telecomunicações	(2.000)	-
Despesas legais	(128.264)	-
Tributos e contribuições	(103.298)	-
Despesas com seguros	(5.456)	(3.185)
Despesas com cartório	-	(11.672)
Compartilhamento de despesa (a)	(526.285)	(134.478)
Depreciação	(56.949)	(98.217)
Amortização direito de uso	(658.545)	-
Indenizações de servidão de passagem	-	(1.030)
Despesas com publicações	-	(4.273)
Outras despesas operacionais	-	(195)
Total	<u>(1.720.921)</u>	<u>(265.158)</u>

(a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

(b) Refere-se a consultorias, serviços de mão de obra e auditoria externa.

9. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações (a)	377	-
	<u>377</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(4.146)	(1.712)
Multas e juros passivos	(415)	-
Juros pagos a fornecedores	(92)	-
Juros sobre direito de uso	(91.039)	-
Juros de arrendamentos	-	(17.457)
Multas	-	(4)
	<u>(95.692)</u>	<u>(19.173)</u>
Total	<u>(95.315)</u>	<u>(19.173)</u>

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2020

Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	30.336
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	134.478

Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	68.630
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	101.324
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	526.285

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui imobilizações em andamento e despesas em regime de condomínio, conforme contrato com as demais empresas do complexo, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 18 de dezembro de 2019, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

11. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	635.619	635.619	81.654	81.654
Adiantamento a fornecedor	9.352	9.352	-	-
Partes relacionadas - outros créditos (ativo)	68.630	68.630	-	-
Fornecedores	(131.410)	(131.410)	-	-
Obrigações com arrendamento	(739.901)	(739.901)	(1.591.142)	(1.591.142)
Partes relacionadas (passivo)	(101.324)	(101.324)	(30.336)	(30.336)
Total	(259.034)	(259.034)	(1.539.824)	(1.539.824)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

12. Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

13. Compromissos

Em 29 de outubro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Léia 03, no valor de R\$ 144.005.000,00, para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços. Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, acrescida de taxa de juros básicos fixos de 2,6778% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O principal da dívida com o BNB deverá ser repago em 246 prestações mensais, sendo a primeira prestação vincenda em 15 de junho de 2025 e a prestação final vincenda em 15 de novembro de 2045. Os covenants do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e o

contrato de financiamento será garantido por fiança bancária a ser contratada junto a bancos comerciais. O cronograma de liberação financeira relativo ao referido contrato de financiamento BNB ocorrerá a partir do exercício de 2022, sem, portanto, haver impactos nestas demonstrações contábeis.